

# GRUPOS ESCOLARES (RE)INVENTANDO A ESCOLA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Maria Helena Camara Bastos  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Universidade Luterana do Brasil e  
da Universidade do Rio Grande do Sul



FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: Editora UPF, 2000. 213 p.

Luciano Mendes de Faria Filho lança em livro a sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de São Paulo, sob orientação da professora Marta Maria Chagas de Carvalho, que também faz a apresentação da obra.

*Dos pardieiros aos palácios* traz uma significativa contribuição à história da educação brasileira, especialmente aos estudos centrados na história das práticas escolares, das idéias pedagógicas e da construção social do discurso (Nóvoa, 1994, p. 91).

O autor aborda a constituição/instalação, no período de 1906 a 1918, de grupos escolares em Belo Horizonte: “O movimento da escola que ocorre no interior do movimento da cidade,

no diálogo com as formas capitalistas de organizar e gerir o mundo do trabalho e com a busca de uma forma específica de institucionalização da chamada modernidade ocidental” (p. 22). Sua intenção é analisar a nova cultura escolar instituída pelos grupos escolares – “reinvenção” da escola. Para concretizar seu objetivo, o autor polariza com o discurso da cultura das escolas isoladas – modelo que significa o arcaico, o velho, resquício do período imperial, e que, portanto, precisa ser superado pelo novo e moderno em uma sociedade republicana. Esta polarização está muito bem traduzida no título da obra – *Dos pardieiros aos palácios* –, o que marca a preocupação das autoridades governamentais em instituir um novo modelo que tivesse uma materialidade, monumentalidade e visibilidade diferenciada no espaço urbano. Dessa preocupação instituiu-se uma nova “pedagogia do olhar” em relação ao espaço escolar.

Para esta face da história da educação pública primária de Belo Horizonte ser analisada, utiliza-se de um rico *corpus* documental – constituído pelos relatórios das diretoras de grupos escolares e dos inspetores da instrução pública – por intermédio do qual faz uma intensa interlocução, destacando tanto as representações da escola veiculadas, como os recursos de linguagem e de práticas provenientes de outros campos, notadamente do campo religioso, médico-higienista e jurídico. Esses documentos foram localizados entremeados em cartas, ofícios, circulares, despachos e outros, que também foram considerados fundamentais para o entendimento da dinâmica do campo da educação escolar (p. 16).

O autor também embasa-se em um *corpus* teórico atualizado e pertinente – Michel Cer-teau, Antonio Viñao Frago, Guy Vincent, André Chervel e outros. Interroga as diferentes vozes que compõem o cenário da escola mineira e da instrução pública primária, marcando especial-mente as contradições presentes entre as posições dos inspetores, das diretoras e das professoras primárias.

Dividido em cinco capítulos, o livro analisa os grupos escolares mineiros sob a perspec-tiva da nova forma escolar que pretendem instituir – relacionada às práticas urbanas, ao ordena-mento espacial e temporal do fenômeno educativo, às relações de gênero e às identidades profis-sionais, à materialidade e à formalidade das práticas escolares, à escolarização dos conhecimen-tos. Destacam-se alguns temas privilegiados, especialmente quanto ao ensino simultâneo, ao ensino seriado (graduado), ao método intuitivo, à escolarização da língua pátria e da leitura; te-mas que, desde a segunda metade do século XIX, estão presentes no debate político-pedagógico, mas que são implantados somente nas primeiras décadas do século XX, como uma modernidade educacional na sociedade brasileira.

As disputas de posições e espaços de poder entre inspetores, diretoras e professores marcam o discurso destes atores. O ponto de discórdia centra-se na questão das condições mate-riais do trabalho docente e na aplicação dos programas de ensino e dos horários escolares estabe-lecidos por um conjunto de documentos (regulamento, regimento e programa). Considerados como a “bússola” da prática educativa e escolar, visavam à disciplinarização, à normatização, à homogeneização, ao controle e à (re)produção da hierarquia, construindo uma nova ordem esco-lar e social – era preciso (re)inventar a escola, construir a cidade e seus “cidadãos”.

Ao buscar (re)construir os caminhos percorridos pelos grupos escolares nas “trilhas” da cidade, o autor destaca o espaço escolar como um espelho das desigualdades e diferenciações presentes no espaço urbano e como expressão das formas discriminatórias instituídas pela políti-ca da elite mineira. Assinala, outrossim, o papel positivo desempenhado pelos grupos escolares no estabelecimento do ensino seriado (graduado); na racionalização das práticas pedagógicas, que serão objeto de um detalhamento cada vez maior; na vulgarização do “método intuitivo”; na crescente “independentização” da instituição escolar de outros domínios ou “regiões” do social – especialmente da família e da igreja; na afirmação das identidades profissionais dos diferentes atores – inspetores, diretoras e professoras; na diferenciação dos espaços escolares e dos mate-riais didático-pedagógicos.

Na conclusão, Luciano M. de Faria Filho nos coloca como desafio a necessidade de a-vançar neste estudo, em direção a um trabalho de levantamento de fontes para uma história da educação de Belo Horizonte e do processo de institucionalização da escola mineira, os quais permitiriam tanto um melhor entendimento da especificidade da instituição escolar e da relação desta com o conjunto da sociedade, como um alargamento das nossas referências para o estudo da construção histórico-cultural da escola e das representações pedagógicas (p. 207). Acrescenta-ria outras questões e/ou curiosidades que o estudo desperta. Quais as singularidades da discussão que antecede a instalação dos grupos escolares e a introdução das chamadas modernidades peda-gógicas em Minas Gerais, no final do século XIX? Quais teóricos estão dirigindo as orientações didático-pedagógicas a serem instituídas pelos grupos escolares? Que outras vozes se expressam

sobre este processo? Que outras vozes aparecem na imprensa periódica e na imprensa pedagógica?

Este livro expressa um avanço significativo nos estudos de história da educação brasileira, uma caminhada “das estruturas aos atores; do sistema às escolas; do externo ao interno; das idéias aos discursos; dos fatos aos políticos; do nacional ao local” (Nóvoa, 1997, p. 13).

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

NÓVOA, Antonio S. *História da educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994. (mimeo.).

\_\_\_\_\_. La nouvelle histoire américaine de l'éducation. *Histoire de l'Éducation*. França : SHE-INRP, n° 73, pp. 3-48, jan. 1997.